

Compreendendo o avanço do neoliberalismo na agricultura através do debate paradigmático

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Vivencia-se, sobretudo desde 2015, a segunda fase de expansão do neoliberalismo na América Latina (FERNANDES et al, 2017). A primeira ocorreu na década de 1990 como uma das consequências do Consenso de Washington. Contudo, foi desacelerada, até certo ponto, pela ascensão de governos pós-neoliberais, caracterizados, dentre outros, pela implementação de políticas sociais e pela cooperação Sul-Sul (SADER, 2009). No caso do Brasil, esse avanço ficou claro com o governo interino de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a recente eleição de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) à Presidência da República. No que concerne ao campo, o primeiro extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transformando-o em Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Reconhecendo que até então o Brasil era um dos poucos países a ter um ministério específico para a agricultura de base familiar, tal gesto pode ser lido como um indicativo da opção deliberada pelo agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo. Também no governo Temer, o Brasil foi o único país da América Latina a não votar a favor da Declaração sobre os direitos camponeses da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2018.

O segundo, nos seus primeiros dias de governo anunciou como ministra da agricultura Tereza Cristina, deputa federal pelo Democratas (DEM-MS). Atual presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) do Congresso Nacional, conhecida como Bancada Ruralista ou Bancada do Boi, é uma das principais defensoras do projeto de lei que muda as regras no registro de agrotóxicos, a PL do veneno¹, que flexibiliza o uso de agrotóxicos no Brasil. Recentemente, o atual presidente disse que a política de reforma agrária estava suspensa, voltando atrás algumas horas depois. Ademais, o atual governo apresenta retrocessos no que tange

¹ Projeto de Lei n. 6.299/2002 de autoria de Blairo Maggi (Partido Progressista).

a demarcação de terras indígenas e quilombolas, somadas ao avanço da violência no campo e criminalização de movimentos socioterritoriais através do seu discurso preconceituoso.

O debate paradigmático entre o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) nos permite compreender o avanço do neoliberalismo no campo. Também nos permite entender o que está por trás dos retrocessos estabelecidos pelos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Esse assumiu a presidência há pouco menos de um mês, mas as mudanças realizadas já apresentam o que podemos esperar de tal governo. O que se vê é, justamente, a ascensão de algumas das teses criadas pelo PCA. Isso, mais uma vez, deixa claro como as compreensões teórico-metodológicas podem influenciar nas políticas governamentais. Enquanto governos neoliberais tendem a dialogar com as teses do PCA na agricultura, governos pós-neoliberais tendem a dialogar com as teses do PQA. Os governos em questão dialogam com a tendência mais extrema do PCA, o agronegócio.

Em contraposição, os artigos da edição de número 46 apresentam as outras faces do campo, assim como maneiras críticas de compreendê-las. Analisando não só o avanço do neoliberalismo, mas as consequências desse processo à natureza e aos povos do campo.

Coincidentemente, três artigos dessa edição abordam a questão dos agrotóxicos, o que evidencia a importância que esse tema vem adquirindo nos últimos anos nos estudos sobre o campo. No artigo *Perfil do uso de agrotóxicos no sudoeste do Paraná (2011-2016)* os autores Shaiane Carla Gaboardi, Luciano Zanetti Pessôa Candiotta e Lucinéia Maria Ramos analisaram o uso de agrotóxicos nos 27 municípios que compõem a Oitava Regional de Saúde do Paraná, localizada na Mesorregião Sudoeste do estado. Segundo o estudo, a produção de *commodities* como soja, milho e trigo têm sido responsável pelo consumo exorbitante de agrotóxicos nos 27 municípios, podendo desencadear risco de contaminação ambiental e a saúde humana. Essa é uma tendência no país que desde 2009 lidera o *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos.

Os outros dois artigos abordam a percepção dos sujeitos sobre os usos e impactos dos agrotóxicos. No artigo *A percepção dos profissionais de educação sobre os impactos dos agrotóxicos em escolas rurais no Estado do Mato Grosso* Luiz Antonio Norder e Natália Santos Lobo analisaram a percepção de profissionais da educação em relação aos impactos dos agrotóxicos sobre escolas rurais. De acordo com os resultados da pesquisa, a maior parte dos participantes relatou algum tipo de impacto associado ao uso de agrotóxicos no entorno das escolas, seja de forma direta,

sobre as pessoas, ou através da identificação de odores. Visando conscientizar os educandos, o tema tem sido frequentemente trabalhado em atividades pedagógicas realizadas nas escolas.

No artigo *Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo* Denilson Manfrin Goes e Margarida de Cássia Campos investigaram a percepção dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola de educação do campo no distrito de Lerroville, município de Londrina-PR, quanto ao uso de agrotóxicos na produção de alimentos e os problemas socioambientais decorrentes, assim como alternativas para produção de alimentos saudáveis. O estudo revela que os participantes sabem dos prejuízos causados de pelo uso de agrotóxicos na produção de alimentos, na natureza e na saúde humana. Todavia, mesmo assim, seus familiares os utilizam. E muitos sequer usam os instrumentos de segurança necessários no manuseio e na aplicação. Por outro lado, os participantes entendem a agroecologia como um evento para a exposição de alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos. Nesse caso, reduz-se um modelo de produção alternativo a um evento, evidenciando a falta de entendimento sobre o assunto.

Os próximos dois artigos abordam educação do campo e geografia escolar em escola rural, respectivamente. Em *As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil* Mara Edilara Batista de Oliveira analisa a implantação do ProJovem Campo, entendido como um programa do Estado construído “desde cima”, e as ações dos movimentos sociais de luta por Educação do Campo “desde baixo”. A autora aborda as formas de dominação e resistência desses sujeitos por meio de suas estruturas organizativas, que são também estruturas escalares no movimento da questão agrária atual.

No artigo *Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano* Abigail Bruna da Cruz e Sandra de Castro de Azevedo objetivamente analisam de forma crítica os conteúdos da Geografia escolar oferecidos em uma escola rural de um distrito do município Alfenas-MG. Na escola analisada, os conteúdos de Geografia estão vinculados a um currículo totalmente urbanizado, oriundo de um sistema neoliberal de ensino. Como consequência disso, ao absorver conteúdos e currículos urbanos, uma escola localizada na zona rural, reforça os domínios da cultura hegemônica. Além de não dialogar com o espaço em que os alunos vivem e do qual sobrevivem.

No artigo *“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato* Thiago Wentzel de Melo Vieira aborda teórico-conceitualmente as categorias de “camponês” e “agricultor

familiar” à luz, sobretudo, de intelectuais brasileiros que têm como objeto de estudo a questão agrária. O autor se baseia em uma análise em que as duas categorias são entendidas, não como pólos opostos, como se o camponês fosse resumido a um ator político e o agricultor familiar a um ator produtivo, mas a partir das possíveis imbricações entre ambas.

Em *Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho* de Erick Gabriel Jones Kluck estuda os aspectos recentes da mobilidade do trabalho dos posseiros e do planejamento estatal de perspectiva territorial no Médio São Francisco baiano, Território de Identidade do Velho Chico. As transformações nessa área consistem em processos nos quais o Estado possibilita através de sua ação tanto a disseminação de uma série de programas determinantes na reprodução dos posseiros como viabilizam as ações empresariais, ameaçando constantemente os territórios dessas comunidades (impulsionando a mobilização do trabalho), voltados à produção de energia, mineração e agropecuária comercial.

Em *Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo* de Thiago Araujo Santos discute o fenômeno da seca na esfera estatal, considerando os arranjos de classes, no âmbito do Estado, e seus rebatimentos sociais e políticos para a população do semiárido.

No artigo *A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira* de Douglas Menezes de Oliveira realiza um debate sobre a questão agrária e a centralidade da luta pela terra no Brasil. O autor parte das reflexões da concepção de terra e capital, bem como os fundamentos da expansão das relações capitalistas no campo e as contradições geradas entre o capital, a propriedade da terra e os trabalhadores rurais sem terra.

No artigo *Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo* Lindberg Nascimento Júnior e Douglas Ambiel Barros Gil Duarte abordam como as modificações no campo paranaense (mudança nas lógicas econômicas e ideológicas da produção agrícola que rebatem diretamente na organização territorial, uso do solo e ocupação da terra.) evidenciam redefinições das paisagens naturais (modificações na dinâmica dos sistemas naturais). A análise foi feita pela combinação com parâmetros estatísticos da variabilidade fluviométrica anual na série histórica de 1947 a 2011 em pontos representativos dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, e evidências histórica sobre as políticas de desenvolvimento territorial no estado do Paraná.

Na nota *Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da amazônia maranhense* Hulda Rocha e Silva, Danielle Celentano e Guillaume Rousseau abordam em um contexto de

desmatamento da Amazônia, os sistemas agroflorestais enquanto alternativa de reparo do passivo ambiental dos assentamentos rurais

Neste momento de avanço ainda mais intenso do capitalismo no campo e da violência e criminalização, as contribuições presentes neste número tornam-se ainda mais importantes. Essa edição inaugura um novo momento da Revista NERA, o da sua internacionalização. Por isso, três artigos foram publicados também em idioma inglês. O objetivo é que a revista se torne uma referência internacional nos estudos sobre questão agrária. Esse avanço não seria possível sem o financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa (Prope) da Unesp. Nosso profundo agradecimento.

Referências

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. In: Rosa Maria Vieira de Medeiros; Lichele Lindner. (Org.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.